



SINDICATO EM MOBILIZAÇÃO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

Em julho deste ano, o Congresso Nacional criou um Grupo de Trabalho (GT) para debater a proposta da Reforma Administrativa, com o objetivo de avançar na pauta. A partir disso, o SINDSIFCE iniciou uma série de mobilizações, em conjunto com outras entidades, sindicatos e fóruns, para tentar barrar a medida que traz diversos prejuízos aos servidores e ao serviço público como um todo.

No mês de julho, o sindicato participou de um ato em Brasília, organizado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos (Fonasefe) em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados, representado por Cezar Amario e Raquel Nepomuceno. Localmente, o SINDSIFCE, representado por Roberto Araújo, compôs uma mesa organizada pelo SINTUFCE com o tema “Sem servidor, a boiada passa”, realizada nos jardins da Reitoria da UFC como parte da paralisação da Fasubra.



Foto: Ascom Sinasefe

Além disso, foram feitas reuniões com o Fórum Cearense em Defesa da Educação Federal, o Fórum em Defesa do Serviço Público do Ceará e com o Deputado André Figueiredo para debater o tema.

No mês de agosto, o sindicato participou do Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa realizado em formato híbrido pelo Fonasefe, nos dias 15 e 16. Servidores



Foto: Ascom Sintufce

federais, estaduais e municipais discutiram o projeto de demolição dos serviços públicos, anunciado pelo Congresso Nacional sob o nome de Reforma Administrativa. Representando o SINDSIFCE, participaram via online os membros da Diretoria Colegiada Cezar Amario e Roberto Araújo.

Após definição em assembleia, foi realizada uma mobilização em diversos campi com o objetivo de alertar a população e pressionar parlamentares contra a aprovação da Reforma Administrativa. Além de Fortaleza, outros nove campi do interior do estado (Limoeiro do Norte, Crateús, Morada Nova, Sobral, Tauá, Caucaia, Canindé, Jaguaruana e Tabuleiro do Norte) também realizaram mobilizações com panfletagem de material informativo sobre a reforma.

Conheça os pontos mais graves da proposta para a carreira pública que atingirão todos os servidores, novos e antigos:

1. Estabilidade restrita: a estabilidade deixa de ser garantida para a maioria dos servidores: será mantida apenas para aqueles em “cargos típicos de Estado”, como

Nessa edição:

- Sindicato em mobilização contra a Reforma Administrativa
- Nova rodada de assembleias em Cedro, Acopiara, Quixadá e Baturité
- 17º ESCIME debate conjuntura, políticas educacionais e gestão

- Odontólogos do IFCE podem ter direito ao recebimento de horas extras retroativas
- Docentes podem entrar com ação para aumento do valor da Retribuição por Titulação
- Nós, as herdeiras de Teresa, sendo felizes e contando nossas histórias

diplomatas e auditores da Receita.

2. "Vínculos múltiplos": a proposta abre espaço para mais contratações temporárias, diminuindo ainda mais a estabilidade.

3. **Avaliação de desempenho com possibilidade de desligamento:** servidores poderão ser avaliados periodicamente, e o baixo desempenho pode levar ao desligamento ou não efetivação. Ainda não se sabem quais serão os critérios da avaliação, o que aumenta o risco de decisões mais arbitrárias.

4. **Redução ou limitação de direitos e benefícios:** o texto prevê mudanças em benefícios como férias e licenças. Além disso, verbas indenizatórias poderão deixar de ser incorporadas permanentemente.

5. **Extinção de cargos e órgãos por decisão do Executivo:** o executivo federal, estadual ou municipal poderá extinguir cargos e órgãos por decreto, o que pode levar à perda de postos de trabalho ou à reconfiguração de carreiras sem controle democrático.

6. **Aumento da participação da iniciativa privada:** possibilidade de parcerias com setor privado para execução de serviços públicos e uso de recursos humanos privados, ou seja, privatização do serviço.

NOVA RODADA DE ASSEMBLEIAS EM CEDRO, ACOPIARA, QUIXADÁ E BATURITÉ

Nos dias 17 e 18 de setembro, o SINDSIFCE realizou mais uma rodada de assembleias em quatro municípios: Cedro, Acopiara, Quixadá e Baturité. Entre as pautas, foram discutidos os acordos de greve, as carreiras TAE e docente, além de outros temas pertinentes aos servidores, a exemplo da Reforma Administrativa.

Os membros da Diretoria Colegiada apresentaram os convênios do sindicato e os principais processos da assessoria jurídica, tirando dúvidas dos servidores sobre os mais diversos temas pertinentes às carreiras. Também foram eleitos novos representantes de campi, que agora passarão a representar o sindicato e servirão como ponte entre servidores e o SINDSIFCE.

Dentre os novos representantes, estão Livia Maria de Lima



Foto: Ascom Sindsifce



Foto: Ascom Sindsifce

Santiago (TAE) e Felipe Neri de Oliveira Arrais (docente) em Quixadá; Matias Romário Pinheiro dos Santos (docente) e Edivânia Ferreira Agostinho (docente) em Acopiara; Giselle Dantas Lopes (TAE) em Baturité; Ana Cristina Alves Gomes (TAE) e Jose Romulo Porfirio de Lima (TAE) no Cedro.

Em 2025, o SINDSIFCE já havia realizado 14 assembleias de campi. Além das quatro assembleias deste mês, o sindicato já passou pelos campi Boa Viagem, Tauá, Crateús, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, Maranguape, Maracanaú e Fortaleza.

Para conhecer todos os nossos parceiros,
acesse: sindsifce.com.br/convenios

17º ESCIME DEBATEU CONJUNTURA, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO

O 17º Encontro dos Servidores Civis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa (ESCIME), realizado no último final de semana em Porto Alegre-RS, trouxe debates importantes envolvendo a conjuntura política atual na atuação dos servidores. Representando o SINDSIFCE, conforme definido em Assembleia Geral, participou a docente Lissa Mara, do Colégio Militar de Fortaleza (CMF), compôs a mesa nos dois dias de debate.

Lissa Fontenele e Amaury Garcia (SINASEFE), apresentaram um informe detalhado das reuniões e atividades realizadas desde o último encontro. Ela listou pontos priorizados nas reuniões realizadas com o Ministério da Defesa, destacando a defesa da reabertura da transposição do PGPE para o PCCTAE, a batalha pela realização de concursos públicos e as denúncias de casos de assédio (em especial o caso do professor Gustavo Cornélio).



Foto: Ascom Sinasefe

Ele destacou ainda informes como da reunião mais recente realizada com o MD, quando a coordenação ressaltou, por exemplo, a denúncia da tripartição compulsória e ilegal das férias em diversos locais de trabalho.

Os participantes também refletiram sobre a urgência da defesa da democracia e o avanço da extrema-direita, com a participação de Aline Kerber (integrante da Associação Mães e Pais pela Democracia). Abordando a luta contra a militarização das escolas e contra o chamado “Escola sem Partido”, Aline comentou a importância da organização coletiva, citando Paulo Freire e apresentando o livro coletivo “Educar com Amor e Liberdade: Ensaio Sobre Maternidade, Paternidade e Política”.

Também foram pautados os impactos do tarifaço de Donald Trump e a concentração de riquezas nas empresas “big techs”, a luta contra a escala 6x1, a política Educacional do MEC e do MD para Educação Básica, gestão de pessoas e combate às opressões ((mulheres, questões étnico-raciais, diversidade sexual e de gênero, inclusão e acessibilidade).

ODONTÓLOGOS DO IFCE PODEM TER DIREITO AO RECEBIMENTO DE HORAS EXTRAS RETROATIVAS

Em decisão recente através do Decreto-Lei n. 2.140/84, a carga horária de 40 horas semanais da carreira servidores federais odontólogos foi extinta, dando lugar ao tempo de 30 horas máximas, representando uma vitória aos trabalhadores da categoria. A partir disso, os trabalhadores devem ficar atentos(as) ao período de trabalho cumprido e à possibilidade de horas extras retroativas.

Caso o odontólogo siga trabalhando 40h, ele tem direito à redução de sua carga horária sem redução de salário. Além disso, mesmo se esta redução tenha acontecido nos últimos cinco anos, o servidor ainda possui o direito de receber as horas extras exigidas pelo IFCE, que correspondem a 10h por semana.

Se você é odontólogo do IFCE e se encaixa nestas condições, procure a assessoria jurídica do SINDSIFCE para proceder com os procedimentos necessários para o recebimento dos valores ou redução de carga horária.

DOCENTES PODEM ENTRAR COM AÇÃO PARA AUMENTO DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO

Docentes EBTTs com jornada de 40 horas sem dedicação exclusiva ou com 20 horas que recebem a Retribuição por Titulação (RT) podem ter direito à equiparação proporcional da gratificação, bem como o pagamento dos valores retroativos dos últimos cinco anos através de uma ação individual na justiça.

A Retribuição por Titulação (RT) é uma gratificação estabelecida por lei para estimular o desenvolvimento profissional dos docentes. Os valores da RT, no entanto, são definidos sem a existência de paridade entre os docentes com 40 horas com

dedicação exclusiva e os docentes sem dedicação exclusiva ou com carga horária de 20 horas. A diferença, por vezes, pode ser de até 50% entre categorias, o que é inconstitucional.

A assessoria jurídica do SINDSIFCE, representada pelo Escritório Leitão, Espíndola e Freitas, identificou precedentes favoráveis em institutos de outros estados, e conseguiram a equiparação dos valores, o que aumenta a possibilidade de decisão favorável no Ceará.

ARTIGO

NÓS, AS HERDEIRAS DE TERESA, SENDO FELIZES E CONTANDO NOSSAS HISTÓRIAS

Por Valéria Lourenço



"Temos que nos voltar para dentro dos quilombos e nos organizarmos melhor no sentido de dar um instrumental para esses que vão chegar e continuar o nosso trabalho" (Lélia Gonzalez, Por um feminismo afro-latino-americano, 2020, p. 327).

Eis que se chega mais um Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, também chamado de Julho das Pretas. O dia serve para nos lembrar que, apesar de uma irmandade incontornável com o continente africano, e de diversos aspectos que nos aproximam das mulheres africanas, as mulheres negras em diáspora passaram por diferentes processos ao longo da história desde a escravidão.

A data começou a ser comemorada em 1992, quando, em Santo Domingo, aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas. No Brasil, o 25 de julho também faz referência à uma mulher importante para a história do país, Teresa de Benguela, líder do Quilombo Quariterê, no século XVIII, no Mato Grosso.

E é pensando na resistência de Teresa que escolho homenagear neste texto, as mulheres quilombolas que encontrei ao longo de minha caminhada acadêmica ao pesquisar quilombos. Fosse no Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia ou no Ceará, eram sempre elas, as mulheres, as que mais me ensinaram sobre luta coletiva. Mas essa história começa bem antes de eu chegar à universidade.

Filha de dona Carmem, neta de dona Maria, bisneta de dona Joana, que soube recentemente, foi uma retirante cearense que tentou a vida no Rio de Janeiro e por lá ficou. Sem possibilidade de estudar, minha bisavó, vovó e mamãe, não me puderam contar tanto de suas histórias, mas foi justamente o empenho de cada uma delas para que eu estudasse que me permitiu continuar escavando o que não nos foi contado.

Adulta, na universidade, a aproximação com Denise, do Quilombo da Tapera, em Petrópolis; Carol e dona Mazé, do Quilombo Boa Esperança, em Areal; dona Nice, do Bairro Novo, Neta, do Quilombo de Canelatiua, Denise, dona Neide, do Quilombo de Itamatatua, todas do Maranhão; Michelly, dona Gorete, dona Mazé, do Quilombo das Queimadas, no Ceará; Catarina, do Quilombo da Bocaina, na Chapada Diamantina, me fez compreender que o que eu entendia como luta ia além do grito e do enfrentamento constante.

Essas mulheres que enfrentam posseiros, fazendeiros, mineradoras, o governo brasileiro, me contavam suas histórias na beira do fogão, preparando uma vasilha de barro, me ensinando sobre pesca, refletindo sobre a prisão de um filho, e me aconselhando sobre como criar os meus sempre com um sorriso no rosto e o olhar altivo sabendo que aqui, este território é o que elas têm de mais sagrado, a terra pela qual dão a vida cotidianamente.

Em cada uma delas, encontrei a resistência e a alegria que talvez mantivessem Teresa de Benguela sempre firme em seu sonho. E é graças a cada uma delas, mulheres, mães, das grandes cidades, ou das áreas rurais deste país, que posso dizer que sou parte de uma geração que tem a oportunidade de contribuir com a partilha dessas histórias que estão sendo escritas todos os dias, em todos os cantos desse país, por mulheres negras como Teresa, como minha mãe, como eu.

Por Valéria Correia Lourenço

Professora EBT de Língua Portuguesa e Literaturas do IFCE campus Crateús, doutoranda em Literatura Comparada pela UFC, mestra em Cartografia Social e Política da Amazônia pela UEMA, graduada em Letras pela UFRRJ Nova Iguaçu, escritora, mulher negra, de 42 anos, mãe e avó, retirante no sertão cearense.